

## **Nos sindicatos, quem é, afinal, a classe trabalhadora que falamos?**

### **Considerações sobre a concepção de gênero, raça e classe no sindicalismo**

Amanda Menconi Hornhardt [1]

Ingrid Saraiva Tavares [2]

#### **Resumo**

Este artigo tem como objetivo analisar as relações de gênero e a concepção de classe construída historicamente dentro dos sindicatos, buscando refletir sobre a necessidade da compreensão da heterogeneidade da classe para o fortalecimento da luta sindical. É feita uma discussão bibliográfica sobre as contribuições de importantes teóricas nesse debate, além de uma discussão acerca do sistema político, econômico e social que tem se desenvolvido no capitalismo contemporâneo e sua relação com a exploração e opressão das mulheres trabalhadoras. Neste sentido, debatemos a inserção, no interior do sindicalismo, de mulheres no trabalho e nos espaços de poder e os principais debates teóricos desenvolvidos sobre o impacto dessa inserção. Ao final, mencionamos lutas recentes que demonstraram a importância da articulação entre o movimento sindical e o movimento feminista, o que passa pela necessidade pelo reconhecimento da diversidade e da heterogeneidade de categorias como “classe” e “mulher” dentro da perspectiva marxista.

**Palavras-chave:** gênero, sindicalismo, marxismo.

#### **Abstract**

This article aims to analyze the gender relations and class conception built historically within the unions, seeking to reflect on the need to understand the class heterogeneity to strengthen the union struggle. There is a bibliographical discussion about the contributions of important theoreticians in this debate, as well as a discussion about the political, economic and social system that has developed in contemporary capitalism and its relation with the exploitation and

oppression of working women. In this sense, we debate the insertion, inside the unionism, of women in the work and spaces of power and the main theoretical debates developed on the impact of this insertion. In the end, we mentioned recent struggles that demonstrated the importance of the articulation between the syndical movement and the feminist movement, which requires the recognition of the diversity and heterogeneity of categories such as "class" and "woman" within the Marxist perspective.

**Keywords:** gender, sindicalism, marxism

## 1. Gênero e classe: categorias homogêneas?

O contexto de surgimento do conceito de gênero é denominado por algumas teóricas como a Segunda Onda do Movimento Feminista, que compreende as lutas sociais das décadas de 1960 e 1970, que desencadearam manifestações no mundo todo. Sob a consigna de que “o pessoal é político”, as violências que mulheres sofriam no ambiente privado passaram a ser, paulatinamente, compreendidas como sociais e não individuais.

Esse conceito ganha o ambiente acadêmico principalmente a partir da década de 1980, quando o gênero passa a ser compreendido como uma construção social, questionando o determinismo biológico. Baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, o gênero é elemento constitutivo das relações sociais, uma forma de significar as relações de poder”. (Scott, 1995).

Tratava-se de uma tentativa de historicizar o gênero, partindo da reflexão sobre a heterogeneidade do sujeito “mulher”. A crítica era direcionada aos modelos teóricos universalistas, sobretudo a partir de uma problemática pós estruturalista centrada no indivíduo. A partir de um outro viés, a crítica à homogeneidade da categoria “mulher” foi também empreendida por teóricas negras. Segundo Angela Davis (2016), ao desconsiderar o processo de escravidão, o que se entende como “mulher” e “classe” também é parcial pela falta de racialização das duas categorias.

Neste sentido, considerar a feminilidade relacionada à fragilidade e ao ambiente doméstico, e a masculinidade como atributo de trabalho produtivo e de sustento da família, é uma concepção ligada a uma visão padronizada e branca dos atributos de feminino e masculino. Considerando que as mulheres negras, desde a escravidão, sempre tiveram que trabalhar, tanto na produção quanto no ambiente doméstico, para garantir sua sobrevivência, a percepção de

fragilidade como um impeditivo para o trabalho só ganha sentido quando se trata das mulheres brancas.

Apesar de teóricas brasileiras como Lélia Gonzales [3] e Heleieth Saffioti, desde a década de 1980 apontarem em seus estudos a necessidade da compreensão articulada dos conceitos de gênero, raça e classe, dialogando com as lutas sociais de seu tempo; a contribuição de Angela Davis começou a ser recentemente difundida no Brasil, a partir da recente tradução do livro, de 1981, *Mulher, Raça e Classe*, que estabelece uma importante reflexão sobre o lugar da luta antirracista no interior do movimento feminista.

Ao questionarem a “mulher universal”, questionava-se também os modelos teóricos que homogeneizavam outras categorias, como, por exemplo, as de classe e de racialização. Assim, desvelou-se que a classe trabalhadora não é homogênea, uma vez que ela é também racializada e atravessada pelo gênero. Neste sentido, o feminismo contribuiu para que novas reflexões fossem empreendidas dentro do pensamento marxista.

No final da década de 1970, Danièle Kergoat (1978) começou a trabalhar com a categoria *consustancialidade* para se referir a articulação entre sexo e classe social. Ao escolher o marxismo como interlocutor teórico, as autoras promovem uma revisão da teoria marxista do trabalho, evidenciando na análise não apenas o trabalho produtivo, mas também o trabalho reprodutivo, fundamental para compreender o processo de valorização e hierarquização que é base da divisão sexual do trabalho na sociedade capitalista.

O feminismo territorializado na academia brasileira contribuiu para tornar visíveis certos processos não considerados no pensamento científico dominante, como a complexidade da alquimia de identidades como classe, raça e gênero e o valor da subjetividade nas rebeliões políticas públicas (Castro, 2001). Como abordado por Souza-Lobo (2011) a visão da classe trabalhadora como homogênea, presente nas produções sociológicas sobre trabalho, gera uma compreensão parcial das condições da classe, construindo uma imagem de trabalhador que não corresponde à realidade concreta e histórica. As diferenças de valorização do trabalho doméstico e produtivo, por exemplo, são questões diretamente relacionadas a desigualdades de gênero e condições de trabalho e, por muitas vezes, passam por fora dos debates mais recorrentes acerca das condições de vida da classe trabalhadora.

O projeto político crítico de feministas classistas desembarcou em movimentos sociais, sindicatos e organizações de base; promovendo novas interpretações do conceito de gênero a partir das experiências locais, considerando múltiplas discriminações (Castro, 2001). O

feminismo classista que emergiu no sindicalismo dos anos 1970, aliava interesses de gênero à reivindicações por condições de vida e trabalho, com grande potencial de mobilização (Castro, 1995). Muitos grupos se autodenominavam “movimentos de mulheres trabalhadoras”, expressando o interesse de manter unidos, na diferença, dois papéis sociais “que foram até pouco tempo atrás considerados opostos aos olhos de um suposto bem-estar da família” (Cappellin, 1994).

Em uma sociedade de classes, o entrelaçamento de sistemas de privilégios é levado ao extremo, de forma que “não só se naturalizam questões de gênero, raça e geração, como estas são filtradas por questões de classe”. (Castro, 1992). Assim, a estrutura de classe não é uma dimensão paralela, mas o palco onde se produz e se reproduz as relações de raça e de gênero. Assim:

“as plataformas de lançamento da ação coletiva, do se fazer sujeito de classe, afirmam-se não só na classe, mas por reelaborações de violências sofridas individualmente e interpretadas coletivamente, em uma negação por muitos.” (Castro, 1996, p. 35).

Em sua pesquisa sobre o Sindicato das Trabalhadoras Domésticas no Estado da Bahia, Mary Castro (1992) afirma que a busca por serem reconhecidas como membros da classe trabalhadora “reelabora vivências sobre questões de gênero, de raça, de geração e até de classe”. (Castro, 1992). A seguinte citação expressa essa complexidade:

“As sindicalistas contam casos de racismo, filtrados por relações de classe, indicam casos de sexismo no interior das relações raciais e rotulam como distintos os problemas das mulheres mais jovens e das mais velhas. Elas destacam que o fazer-se sujeito de classe, trabalhadora doméstica sindicalizada, é obstaculizado pelos códigos, quer do sistema de geração - o sindicato seria lugar de mulher mais velha -, quer do sistema de gênero - as relações afetivas entre homem e mulher levariam as empregadas domésticas a se afastarem do sindicato, principalmente se mais jovens -, quer, enfim, por códigos do sistema de raça - as trabalhadoras domésticas não se sindicalizariam porque o trabalho doméstico remunerado é menosprezado socialmente como trabalho de negro”.

O desafio é, portanto, apreender a diversidade e reconhecer a heterogeneidade, sem, cair em uma análise fragmentária da sociedade. Apesar dos avanços, temos ainda um longo caminho pela frente. É necessário avançar na compreensão, tanto por parte da academia, quanto por parte dos sindicatos, a respeito da heterogeneidade dos conceitos de “classe” e “mulher”, uma vez que uma concepção estanque e homogênea de classe e mulher, tanto nos estudos sobre trabalho

quanto dentro dos próprios sindicatos, intensifica a reprodução da desigualdade de gênero nesses ambientes.

## **2. Os desafios do sindicalismo e a necessidade de repensar a categoria classe à luz do debate de gênero**

Em um contexto de reestruturação produtiva e neoliberalismo, as assimetrias de gênero são aprofundadas assim como os empecilhos na atuação política sindical. Como abordado por Araújo e Ferreira (2000), a reestruturação interfere na dinâmica de gênero nos locais de trabalho, especialmente as fábricas, e uma das dificuldades sindicais é a de compreensão das formas diversas que o capital se relaciona com homens e mulheres.

Um exemplo debatido pelas autoras é o setor terceirizado: composto especialmente por mulheres e negros, são contratados por empresas que não são a indústria em que trabalham - há casos, por exemplo, em que o trabalhador é terceirizado de uma empresa de construção civil mas trabalha em uma indústria de transformação.

Dificultando a defesa dos seus interesses, estes trabalhadores não são englobados no conjunto da categoria e ficam sem representação, pois o seu sindicato oficial não é o sindicato que pauta as suas demandas. Com a alta rotatividade e sendo ainda mais difícil a garantia de estabilidade e dos benefícios das leis trabalhistas, os impactos são sentidos majoritariamente por mulheres negras e homens, sobretudo os mais jovens, negros.

Neste sentido, essas autoras atentam para um duplo desafio do sindicalismo: o primeiro é a orientação para atuação nos marcos da reestruturação, buscando meios técnicos e políticos, de modo a evitar grandes perdas para o conjunto dos trabalhadores, homens e mulheres. Um segundo desafio é a elaboração de estratégias que entendam as diferenças e especificidades de como o capital afeta e se relaciona com os e as trabalhadoras.

Neste caso, além do rompimento efetivo da ideologia patriarcal, o desafio envolve camadas mais profundas de renovação da prática sindical, como o entendimento da classe trabalhadora como um conjunto heterogêneo onde as diferenças de gênero e raça não só fazem parte como também são elementos indissociáveis da diversidade que constituem a classe.

Entretanto, o que continua a ser uma barreira no movimento sindical é a questão da concepção de classe. A heterogeneidade da classe trabalhadora, como apontado por Araújo e Ferreira (2000) é uma concepção chave para compreender o desafio de renovação da prática sindical.

No mesmo sentido, Cappellim (1994) afirma que o sindicato, por ter uma concepção homogênea da classe, constrói uma imagem específica de trabalhador, apoiada nas grandes fábricas, que não corresponde à realidade concreta dos e das trabalhadoras. Essa análise distorcida gera uma crise do modelo de representação do sindicato, na medida em que ele não sabe “incorporar a cultura política solidificada ao longo da participação das trabalhadoras em diferentes espaços de sociabilidade.” (Cappellim, 1994, p. 286).

Além disso, a autora atenta para o discurso sindical que muitas vezes essencializa a categoria mulher ao se valer de atributos considerados “naturais” para se referir à situação da ocupacional feminina, que contribui para a reprodução das hierarquias de gênero.

Foi a partir de um franco diálogo entre a academia, o sindicalismo e os movimentos sociais que a produção teórica sobre gênero e sindicalismo no Brasil se desenvolveu. Em um contexto de ampliação da participação das mulheres no mercado de trabalho e também nas entidades de representação da classe trabalhadora[4], o foco de muitos estudos recaiu em compreender as novas questões colocadas ao sindicalismo, a partir da participação de mulheres nas entidades sindicais, e os desafios que elas enfrentavam para reduzir o isolamento da luta das trabalhadoras.

Nesse sentido, após a aprovação, no quarto congresso da CUT (1992), de cotas para garantir a representação das mulheres nas entidades sindicais, muitas pesquisa se debruçaram em compreender se a posição de poder implicava necessariamente em uma democratização das práticas sindicais [5]. Castro (1995), por exemplo, buscou compreender as limitações de atuação sentidas pelas mulheres que estão na direção sindical. Ocupar e conquistar espaços de poder não significa, necessariamente, ser vista enquanto sujeito político. Tal afirmação se materializa tanto na deslegitimação das falas das sindicalistas quanto em práticas discriminatórias, como as práticas de assédio sexual, dentro do sindicato.

No que tange a prática sindical, Cappellim (1994) destaca a importância da negociação na experiência subjetiva das mulheres, onde “toda sua força é alimentada pela vontade de valorizar a experiência de gênero feminino nas instituições (nos partidos e nos sindicatos) como uma contribuição renovadora da identidade política.” (Cappellim, 1994, p. 288).

No interior das direções sindicais, as relações podem ser marcadas por assimetrias de gênero e raça, influenciando a dinâmica da entidade no que diz respeito à democracia interna. Segundo Castro (1995), a “in-ou-não-significância da presença da mulher em posição de liderança em sindicatos é reforçada pela relativa exclusão das mulheres de certas ‘tecnologias de poder’, mesmo quando elas ocupam formalmente posições no poder.” (Castro, 1995, p. 31). Desta forma, o palanque, o assento na mesa de negociações, o controle do microfone nos comícios e discursos em assembleias, são tecnologias de poder controladas pelos homens sindicalistas que reforçam as desigualdades de gênero.

A autora afirma ainda que as sindicalistas só conseguem reduzir o isolamento das pautas específicas das mulheres nas entidades sindicais quando são capazes de representar, de fato, um grupo de pressão, capaz de questionar a linguagem dominante do “líder forte que fala grosso”, rompendo com a cultura de silenciamento. (Castro; 1995).

### **3. Conclusão**

Se compreendemos classe trabalhadora como uma categoria heterogênea, é necessário se atentar aos diversos interesses que ela possui. Esses podem se interseccionar, como é o caso da pauta contra a terceirização que, apesar de afetar mais especificamente as mulheres e a juventude negra no Brasil, é defendida como uma pauta do conjunto da classe, mas podem também se contrapor, como é o caso da discussão acerca do fim do assédio sexual no trabalho, pauta das mulheres que foi vista, durante anos, como uma demanda que contribui para o divisionismo de classe.

A classe trabalhadora não é só atravessada por gênero e raça, mas a sua luta contra todas as formas de exploração do trabalho e da vida é também uma parte indissociável da luta contra todas as formas de opressão. Nesse sentido, ao pensarmos no sindicalismo, a necessidade de se considerar as relações de gênero e raça de forma integrada às relações de classe, é o caminho para equacionar as desigualdades que envolvem essas esferas.

A partir de 2017 foi possível perceber uma maior articulação do movimento feminista em nível internacional. Dentre os processos mais significativos, é possível destacar a articulação entre movimento feminista e movimento sindical no Women’s March (Mulheres contra Trump)

a partir de janeiro de 2017; na Greve Geral Feminista ocorrida no dia 8 de março de 2018 na Espanha e na luta pela legalização do aborto na Argentina, em agosto de 2018.

Tais processos impactaram também o Brasil. Em 2017, a Greve Geral do dia 28 de abril, teve como ante sala a mobilização do dia 8 de março, Dia Internacional de Luta da Mulher. Neste dia, a manifestação aderiu ao chamado da Greve Internacional de Mulheres, articulando pautas específicas das mulheres com pautas mais gerais, como a luta contra a reformas trabalhista e da previdência, que tinham como objetivo piorar as condições de vida da classe trabalhadora, e que foram os motes da Greve Geral do mês seguinte.

Nesse contexto, é possível destacar o papel da APEOESP - Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo, filiada à CUT, que convocou uma paralisação da categoria no dia 8 de março de 2017, com Assembleia em São Paulo e caminhada para unificar com o Ato do Dia Internacional da Mulher. Na assembleia, o chamado à Greve Internacional de Mulheres se mesclou às pautas específicas da categoria, como a falta de reajuste salarial, a luta contra a Reforma do Ensino Médio e contra o Projeto Escola Sem Partido.

A análise das relações entre movimentos sociais parte da compreensão de que os diversos movimentos estão socialmente inseridos em um campo movimentalista mais amplo e são impactados pelas ondas de ativismo surgidas dentro deste campo e que podem atualizar as práticas culturais das mais diversas organizações. Assim, as pesquisas que operam na chave da dicotomia entre sindicalismo e demais movimentos, ou entre “pautas classistas” e “pautas identitárias” tendem a perder a riqueza que essas intersecções podem oferecer.

Atualmente, é o movimento de mulheres que têm dado a resposta aos governos de extrema-direita ultraconservadores, como o de Trump nos Estados Unidos e de Bolsonaro no Brasil. No horizonte mais recente, o governo brasileiro quer empurrar uma reforma da previdência ainda pior do que a que foi barrada em 2017. A batalha que está por vir em defesa da aposentadoria precisa de uma linha de frente feminista, classista e anti-racista, o que passa necessariamente pelo desafio do reconhecimento da heterogeneidade da classe trabalhadora brasileira.

## **Referências Bibliográficas**



ARAÚJO, Angela. Trabalho, Precarização e Relações de Gênero em tempos de flexibilização e Reestruturação Produtiva”. Recife: Artigo XIII Congresso Brasileiro de Sociologia, 2007.

\_\_\_\_\_, FERREIRA, Verônica C. Sindicalismo e relações de gênero no contexto da reestruturação produtiva. In. Rocha, Maria Isabel Baltar (org) Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios. São Paulo, Ed. 34, 2000.

CAPPELLIN, Paola. Viver o sindicalismo no feminino. Rio de Janeiro: Estudos Feministas, nº especial, CIEC/ECO/UFRJ, 1994.

CASTRO, Mary Garcia. Gênero e poder no espaço sindical. Estudos Feministas, vol. 3, nº 1, 1995.

\_\_\_\_\_. Gênero, Raça/Etnicidade, Trabalho e Sindicalismo no Brasil: uma agenda para o futuro. In: Estudos de Gênero. Goiânia: UCG/Programa Interdisciplinar da Mulher. Estudos e Pesquisa. Caderno de Área n. 4, 1996.

\_\_\_\_\_. Gênero e poder: leituras transculturais -quando o sertão é mar, mas o olhar estranha, encalhaem recifes”, Cadernos Pagu no.16 Campinas, 2001.

DAVIS, Angela. O legado da escravidão. In: Mulheres, Raça e Classe. Boitempo. 2016.

KERGOAT, D. "Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais", São Paulo: Novos estudos CEBRAP, n.86, 2010.

\_\_\_\_\_. "Ouvriers = ouvrières? Propositions pour une articulation théorique de deux variables: sexe et classe sociale". *Critiques de l'Économie Politique*, 5: 65-97, nova série, 1978.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, Porto Alegre, v.20, n.2, pp. 71-99, 1995.

SOUZA-LOBO, Elizabeth. As operárias, o sindicato e o discurso sociológico. In Souza-Lobo, Elizabeth A Classe Operária tem dois sexos. Trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2ª ed., 2011 [1991].

[1] Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

[2] Graduada em Ciências Sociais com ênfase em Ciência Política no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

[3] Lélia Gonzales foi uma importante militante durante o processo de redemocratização e de efervescência das organizações populares, que possibilitou a fundação do Movimento Negro Unificado (MNU). A teórica e ativista questionou sobre o lugar das mulheres negras dentro do movimento negro, sendo fundadora do Grupo Luiza Mahin. A partir de suas reflexões enquanto mulher, negra e ativista, escreveu sobre o racismo e o sexismo na cultura brasileira (Gonzales, 1984).

[4] No quarto congresso da CUT realizado em setembro de 1992, a proposta apresentada por mulheres militantes para uma política de cotas que garantisse a representação das mulheres em posições de liderança foi aprovada. A proposta visava ampliar a democracia de gênero no meio sindical e era inspirada no sindicalismo francês e alemão e consolidou a organização das mulheres sindicalistas no Brasil.

[5] Questões como a falta de formação política para as mulheres e a falta de formação relacionada à questão de gênero a todos os sindicalistas, são vistas por essas pesquisas como empecilhos à consolidação do poder das mulheres nos sindicatos. (Castro, 1995).